



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500

licitacao@portouniao.sc.gov.br

POR SER ESTE PREGÃO UMA MODALIDADE DE LICITAÇÃO COM CARACTERÍSTICAS SIMILARES A DE LEILÃO, EM QUE O CALOR DA COMPETIÇÃO PODE LEVAR A FORTES EMOÇÕES E EM CONSEQUÊNCIA, A REDUÇÃO INDISCRIMINADA NOS LANCES OFERTADOS, É PRUDENTE QUE O LICITANTE TENHA, PREVIAMENTE, EM MENTE, TODOS OS CUSTOS E LUCROS QUE POSSAM CONSTITUIR O LANCE MÍNIMO REAL A QUE SE PODERÁ ALCANÇAR, POIS NÃO SERÃO ACEITOS DESISTÊNCIAS POSTERIORES DEVIDO A IMPRUDÊNCIA OCORRIDA, FICANDO A LICITANTE, NESTAS CONDIÇÕES, SUJEITAS ÀS PENAS LEGAIS E EDITALÍCIAS, BEM ASSIM IMPEDIDAS DE LICITAR E CONTRATAR COM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO PRAZO DE ATÉ 05 ANOS.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 068/2026 - MULTIIDENTIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 068/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

1 – PREÂMBULO

1.1. O Município de Porto União, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58, situada à Rua Padre Anchieta 126, Centro, Porto União-SC, através do Prefeito Sr. Juliano Hassan, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando através da Secretaria Municipal de Administração e Esporte o **PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 1.714 de 27 de março de 2023, bem como as condições a seguir estabelecidas, sendo os trabalhos conduzidos pela Agente de Contratação Emilena Parabocz designada pela Portaria nº 001 de 15 de janeiro de 2026 (equipe 03)

1.2 – A sessão pública será realizada no site www.portaldecompraspublicas.com.br no dia 08 de junho de 2026, com início às 13:00 horas horário de Brasília – DF.

1.3 – Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas e a documentação de habilitação através do portal, até às 12:59 horas do dia 08 de junho de 2026.

1.4 – Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

2. DO OBJETO:

2.1 - Constitui objeto da presente licitação a aquisição de aparelhos de ar-condicionado, incluindo o fornecimento de materiais e serviços de instalação, com as demais características detalhadas no Termo de Referência (Anexo II) e no Estudo Técnico Preliminar (III).

2.2 - Justificativa da Contratação e a necessidade dos Itens/Serviços.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover condições adequadas de climatização nos ambientes utilizados pelos Núcleos Educacionais e pelos diversos setores da Administração Pública Municipal, garantindo maior conforto térmico, bem-estar e qualidade no ambiente de trabalho, ensino e atendimento à população.

Observa-se que diversos espaços utilizados para atividades administrativas, pedagógicas e de atendimento ao público apresentam temperaturas elevadas durante os períodos de calor, o que pode ocasionar desconforto térmico, redução da produtividade e dificuldades na realização das atividades diárias. Da mesma forma, durante o período de inverno, as temperaturas na região podem atingir níveis bastante baixos, tornando os ambientes internos frios e inadequados para permanência prolongada.

Nesse contexto, a aquisição de aparelhos de ar-condicionado com função quente e frio, bem como a contratação dos serviços de instalação, torna-se necessária para assegurar condições adequadas de utilização dos ambientes, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos, do desenvolvimento das atividades educacionais e da qualidade dos serviços prestados à população.

Além disso, a climatização adequada favorece a concentração, o conforto e o bem-estar de alunos, professores, servidores e usuários dos serviços públicos, refletindo positivamente na eficiência das atividades desenvolvidas nas unidades administrativas, educacionais e de atendimento.

A contratação também visa atender às demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais e órgãos envolvidos, possibilitando a instalação de equipamentos em locais onde atualmente não há climatização ou onde os equipamentos existentes encontram-se insuficientes ou inadequados para atender às necessidades dos ambientes.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

Dessa forma, a realização do processo licitatório para registro de preços permitirá que a Administração Pública realize as aquisições e instalações conforme a necessidade das unidades ao longo da vigência da ata, garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos e melhor planejamento das ações administrativas.

3. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br

3.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3.4 - Poderão participar do presente pregão eletrônico:

3.4.1 – Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital;

3.4.2 – Proponentes que desempenham atividades pertinentes e compatível com o objeto deste Pregão;

3.4.3 – Proponentes que atendam as exigências constantes neste edital e nos seus anexos, inclusive quanto a documentação requerida;

3.4.4 – Todas as pessoas jurídicas cadastradas no Município de Porto União ou não, desde que atendam aos requisitos exigidos neste Edital.

3.5 - Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

3.5.1 – Concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores em dissolução ou em liquidação;

3.5.2 - Empresa declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública no âmbito do Município de Porto União, Santa Catarina;

3.5.3 - Estrangeiras que não funcionem no país;

3.5.4 - Agentes políticos e servidores públicos do Município de Porto União, Estado de Santa Catarina;

3.5.5 - Pessoas elencadas no art. 14º da Lei 14.133/2021;

3.5.6 - Parlamentares de qualquer esfera do Poder Público (conforme recomendação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina nos autos do Inquérito Civil nº 06.2016.00000305-9).

OBSERVAÇÃO: As propostas de preços deverão ser registradas e os documentos de habilitação deverão ser enviados, exclusivamente através do Sistema Eletrônico no Portal de Compras Públicas, até a data e o horário estabelecidos no item 1.3 deste edital e poderão ser retirados ou substituídos até o horário limite da apresentação das propostas.

4. ENVIO DAS PROPOSTAS



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

4.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 5 e 6 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

4.2. Como requisito para participação no pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital (assinando as declarações) sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

4.2.1. Declaro, sob as penas da Lei, que não ultrapassei o limite de faturamento e cumpro os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

4.2.2. Declaro para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos.

4.2.3. Declaro cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.2.4. Declaro que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, estou ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

4.2.5. Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

4.2.6. Sob pena de desclassificação, declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.2.7. Declaro não possuir em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

4.2.8. Declaro sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

4.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo Agente de Contratação, deverão ser encaminhados no prazo determinado em Ata.

5. PROPOSTA

5.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

5.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo II – Termo de Referência.

5.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações ou cooperativas, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam;
- c) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI
- d) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF), mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Secretaria da Receita Federal (**emitida no exercício**);
- e) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

OBSERVAÇÃO 1: Os documentos descritos no item 6.1 “a”, “b” e “c” deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação, conforme legislação em vigor.

6.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Certidão conjunta negativa de tributos da Fazenda Federal, Dívida Ativa da União e de Débitos Previdenciários (certidão unificada federal instituída 03/11/2014);
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais, da sede da proponente;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede da proponente;
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), nos termos do título VII – A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, obtida por meio do endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao.
- f) Certidão Simplificada da Junta Comercial (**emitida no exercício**).

OBSERVAÇÃO 2: no caso de participação de **MEI** não será exigida a cópia da Certidão da Junta Comercial, a mesma deverá ser substituída pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, nos termos da IN 20/2013 do DREI – Departamento de Registro Empresarial e Integração.

OBSERVAÇÃO 3: Serão aceitas “Certidões Negativas ou Positivas com Efeito de Negativas”.

6.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **CERTIDÃO DE FALÊNCIA E CONCORDATA** com data de emissão não superior a **90 (noventa) dias**, (dentro da validade se a mesma constar no teor da Certidão).

6.4. DECLARAÇÃO



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

6.4.1. DECLARAÇÃO (PREFERENCIALMENTE EMITIDA CONFORME MODELO CONSTANTE NO ANEXO V DO EDITAL)

6.4.2. FORMULÁRIO COM DADOS DO FORNECEDOR (ANEXO VI). (A ausência do presente documento não ocasionará a inabilitação. Mas é documento obrigatório para formalização do contrato).

OBSERVAÇÃO 4: A declaração deverá ser emitida e assinada com data posterior ao lançamento do edital.

6.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.5.1. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.5.2. A habilitação poderá ser realizada por processo eletrônico de comunicação a distância.

6.6. Serão verificados ainda pela Agente de Contratação e equipe de apoio consulta o seguinte cadastro:

I - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>

6.7. Conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, será inabilitada a empresa que estiver:

I) Declarada inidônea para licitar com a Administração Pública;

II) Suspensa ou impedida temporariamente de licitar ou contratar com o Município de Porto União/SC.

6.8. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

6.9. As consultas serão impressas e anexadas junto ao processo.

7. VEDAÇÕES

7.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

7.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o Agente de Contratações abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

8.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema, enviadas pelo Agente de Contratações ou ainda pela sua desconexão, conforme item 3.3.2 deste Edital.

8.3. A comunicação entre o Agente de Contratações e os licitantes ocorrerá *exclusivamente* mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. O Agente de Contratações verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

9.2. A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico**.

9.3. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

9.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico.

9.5. Os itens de propostas que eventualmente não correspondam às especificações contidas no **ANEXO “B”** deste Edital serão desconsiderados.

9.6. Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

a) Preço unitário para o item, em moeda corrente nacional, em algarismos e com até **DUAS** casas decimais após a vírgula, levando em consideração os valores **MÁXIMO** admitidos, constantes do Termo de Referência deste Edital;

c) Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências editalícias;

d) Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação;

9.7. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
- f) Proposta de preço cadastrada com valor acima do **VALOR MÁXIMO** será **ACEITA** para participação dos lances, porém ao encerrar a fase de lance itens que estiverem com **VALOR ACIMA DO MÁXIMO ADMITIDO EM EDITAL** serão abertos para negociação, caso o valor permaneça acima do **VALOR MÁXIMO** admitido o LOTE será **CANCELADO**;

g) Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.8 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o Agente de Contratações dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

9.9 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

9.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

9.10.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

9.10.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.10.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

9.10.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,01 (hum centavo de real) que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

9.10.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado;

9.10.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.11. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10. MODO DE DISPUTA

10.1. Será adotado o MODO DE DISPUTA ABERTO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 9.

10.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o Agente de Contratações poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Agente de Contratações no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados, retornando o Agente de Contratações, quando possível à sua atuação no certame.

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

11.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

11.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

11.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

11.1.4. O disposto no item 11.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2. Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem¹:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o Agente de Contratações deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo Agente de Contratações, deverão ser encaminhados no prazo fixado por este fixado.

12.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação, enviados nos termos do item 6 deste edital, serão examinados pelo Agente de Contratações juntamente com a equipe de apoio, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

13.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 4.3 e 4.11 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

13.5. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratações examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

13.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

14. RECURSO

14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

16.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

16.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 5 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 16.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

17. OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

17.1 A vencedora deverá efetuar a execução do objeto observando fielmente o Termo de Referência, Anexo II, inclusive em relação à qualidade dos serviços/equipamentos e os termos da sua proposta;

17.2 A vencedora deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto às contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados.

18. PRAZOS DE EXECUÇÃO/ENTREGA, VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA FISCALIZAÇÃO



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

18.1. As Secretarias responsáveis, efetuarão o pedido do item através da solicitação de fornecimento, conforme a necessidade, sendo que sua totalidade poderá ser retirada durante o período de vigência do contrato

18.1.1. O prazo para fornecimento e entrega dos aparelhos de ar-condicionado, bem como para a execução dos serviços de instalação, será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço emitida pelo setor competente da Administração.

18.1.2. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração Municipal, podendo contemplar os Núcleos Educacionais, unidades administrativas das Secretarias Municipais e demais órgãos participantes do processo, conforme demanda previamente informada.

18.1.2.1. Os equipamentos e serviços poderão ser destinados aos Núcleos Educacionais, unidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Administração e Esporte, Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Saúde, bem como à 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União, entre outros locais pertencentes ou vinculados à Administração Pública Municipal.

18.1.2.2. Os endereços específicos para entrega e instalação serão informados pela Administração no momento da emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, podendo contemplar diferentes unidades localizadas no território do Município.

18.1.3. Os serviços de instalação deverão ser realizados por profissionais qualificados, incluindo todos os materiais, acessórios e equipamentos necessários para o pleno funcionamento dos aparelhos, observando as normas técnicas e de segurança vigentes.

18.1.3.1. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, insumos, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários à completa instalação dos aparelhos, incluindo suportes, tubulações, conexões, cabeamento elétrico, drenos e demais itens indispensáveis ao perfeito funcionamento.

18.1.3.2. A instalação deverá ser realizada por profissionais qualificados e habilitados, observando as normas técnicas aplicáveis, em especial as normas da ABNT e as exigências de segurança do trabalho, ficando sob responsabilidade da contratada quaisquer danos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução dos serviços.

18.1.3.3. Após a instalação, deverão ser realizados testes de funcionamento, regulagens e orientações básicas aos usuários, assegurando que os equipamentos estejam em pleno funcionamento.

18.1.3.4. Os serviços serão considerados concluídos somente após o recebimento definitivo por parte da Administração, mediante verificação do correto funcionamento dos equipamentos e conformidade com as especificações contratadas.

18.1.4. Caso haja necessidade, a Administração poderá estabelecer cronograma específico de entrega e instalação, de acordo com a disponibilidade dos locais e a necessidade das unidades atendidas.

18.2. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, de primeiro fornecimento, devidamente embalados e acompanhados de manuais, certificados de garantia e demais documentos pertinentes.

18.2.1. A entrega deverá observar rigorosamente as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, sendo recusados os itens que estiverem em desacordo com o solicitado, danificados ou com indícios de uso.

18.3. Quanto à garantia, os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação e funcionamento.

18.3.1. A contratada também deverá oferecer garantia dos serviços de instalação pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, responsabilizando-se por eventuais ajustes, correções ou reparos necessários, sem ônus adicional para a Administração.

18.3.2. Durante o período de garantia, a empresa deverá prestar assistência técnica, para solução de eventuais problemas, assegurando a continuidade do funcionamento dos equipamentos.

18.4. O prazo de vigência da contratação será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, se houver interesse entre as partes, acompanhada de renovação dos quantitativos, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

18.5. Os itens que não atenderem as exigências de qualidade e as do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos imediatamente.

18.6. É de total CONHECIMENTO da proponente de que os pedidos serão efetuados somente CONFORME A NECESSIDADE, comprometendo-se a realizar a entrega independente da quantidade solicitada e o local de entrega;

18.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na entrega do produto.

18.8. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o produto ora contratado, caso o mesmo afaste-se das especificações do edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA;

18.9. Para este processo ficam designados como Fiscal de Contrato:

Fiscal do contrato Secretaria Municipal de Educação: Sianara Cheili Saade - CPF 029.***.***-80 - Agente Administrativo. – sianara@smepu.com.br

Fiscal Substituto: Adriana Fatima de Almeida Scalet - CPF 905.***.***-04 - Nutricionista – adriana@smepu.com.br

Fiscal do contrato da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Cristian Pedroso – CPF 076.***.***-28 – Agente Administrativo – fiscal.social@portouniao.sc.gov.br

Fiscal substituto: Andriéli Marina Giacomini Silveira – CPF 066.***.***-98 - Contadora – fiscal.social@portouniao.sc.gov.br

Fiscal do contrato Secretaria Municipal de Administração e Esporte: Liliane Laura Erhard Soares – CPF 103.***.***-27 – fiscal.dme@portouniao.sc.gov.br

Fiscal substituto: Davi Damasceno dos Santos – CPF 737.***.***-72 – fiscal.dme@portouniao.sc.gov.br

Fiscal do contrato Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos: Julio Cesar Lopes CPF 097.***.***-14 – Gerente de Serviços Públicos – licitações.obras@portouniao.sc.gov.br

Fiscal substituto: Rodrigo Bonin Leão – CPF 037.***.***-60 – Supervisor de Serviços Públicos - licitações.obras@portouniao.sc.gov.br

Fiscal do contrato Secretaria Municipal de Saúde: Jeferson Jose da Cruz – CPF 065.***.***-32 – Coordenador Administrativo Compras e Financeiro da Saúde – transportes@portouniao.sc.gov.br

Fiscal substituto: Jessica Diane Stein – CPF 081.***.***-07 – Chefe Administrativo da Saúde – secsaude@portouniao.sc.gov.br

Fiscal do contrato da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União: Leandro Schneider, CPF 039.***.***-63 – 2º SGT BM - 92log@cbm.sc.gov.br

18.10. Para este processo fica designado como Gestor do Contrato Rogê Getúlio de Andrade Pereira, conforme Portaria nº 018/2025.

19. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do recebimento do serviço e seu aceite, mediante:

a) À apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria solicitante, no documento fiscal, em local de fácil visualização, deverá ser discriminado o objeto licitado, bem como o número do processo licitatório e o número do contrato que a originou.

b) A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

19.2. Considerando o Decreto Municipal 1.749 de 07 de junho de 2023, para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, a partir do dia 01 de julho de 2023 o Município de Porto União, em todas as suas contratações, efetuará as retenções na fonte do IR sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

19.3. Quando do faturamento dos bens e serviços prestados, todos os contratados deverão observar o disposto



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

na IN RFB nº 1.234/2012 e no Decreto Municipal 1.749/2023.

Órgão 17 – Fundo Municipal de Educação - CNPJ 11.257.464/0001-02

Unidade 1701 – Fundo Municipal de Educação

Atividade 2117 – Pré Escola

Modalidade 4490-104 – Aplicações diretas

Cód. 24

Modalidade 4490-108 – Aplicações Diretas

Cód. 24

Atividade 2014 – Manutenção Ensino Fundamental

Modalidade 4490-104 – Aplicações Diretas

Cód. 13

Modalidade 4490-108 – Aplicações Diretas

Cód. 13

Atividade 2118 – Creches

Modalidade 4490-104 – Aplicações Diretas

Cód. 28

Modalidade 4490-108 – Aplicações Diretas

Cód. 28

Órgão 0200 – Poder Executivo de Porto União - CNPJ 83.102.541/0001-58

Atividade 2005 – Manutenção Secretaria de Administração

Modalidade 4490-100 – Aplicações Diretas

Cód. 17

Atividade 2116 – Convênio Bombeiro Militar

Modalidade 4490-100 – Aplicações Diretas

Cód. 99

Atividade 2093 – Manutenção SMDS

Modalidade 4490-100 – Aplicações Diretas

Cód. 72

Atividade 2016 – Manutenção Secret. Transp. Obras e Servs. Públicos

Modalidade 4490-100 – Aplicações Diretas

Cód. 55

Órgão 02013 – Fundo Municipal de Saúde - CNPJ 00.185.045/0001-88

Atividade 2105 – Atenção Básica Saúde

Modalidade 4490-103 – Aplicações Diretas

Cód. 07

Complemento 44905299 – Outros Equipamentos e Material Permanente

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 20% (vinte por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 20.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.6. A aplicação das sanções previstas no item 20.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.7. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 20.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao Agente de Contratações, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, **exclusivamente** por meio eletrônico via internet, no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br

21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas **exclusivamente** por meio eletrônico via internet, no sítio: www.portaldecompraspublicas.com.br

22. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

22.1. As partes deverão cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (13709/2018), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independente de declaração ou aceitação expressa.

22.2. A Prefeitura do Município de Porto União deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrado pela CONTRATADA.

23. DAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS

23.1. Todas as solicitações, requerimentos, notificações, comunicações, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazo, alteração contratual, aplicação ou defesa em penalidades, bem como quaisquer outros atos relacionados à execução do contrato deverão ser formalmente apresentados por um dos seguintes meios:

I – Encaminhamento ao e-mail institucional do Fiscal do Contrato designado pela Administração (Fiscal/cargo/e-mail); ou

II – Protocolo físico junto à recepção do prédio da Prefeitura Municipal de Porto União, localizado na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, Porto União – SC, CEP 89400-000, no horário de funcionamento das 12h às 18h (horário de Brasília).

23.2. Considerar-se-á formalmente protocolado:

a) No caso de envio por e-mail, na data do respectivo envio ao endereço eletrônico institucional indicado, desde que não haja devolução automática por erro de entrega;

b) No caso de protocolo físico, na data do respectivo registro de recebimento pela Administração.

23.3. Não produzirão efeitos administrativos comunicações realizadas por meio verbal, telefônico, aplicativos de mensagens instantâneas, redes sociais ou quaisquer outros canais não previstos nesta cláusula.

23.4. A eventual substituição do Fiscal do Contrato ou alteração do endereço eletrônico institucional será formalmente comunicada à contratada.

23.5. A ausência de protocolo por um dos meios expressamente estabelecidos afasta eventual alegação de omissão da Administração.

24. DA FORMALIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

24.1. Todas as comunicações entre a CONTRATADA e a Administração referentes à execução contratual deverão ocorrer por meio escrito, exclusivamente através do e-mail institucional do Fiscal do Contrato;

24.2. Não produzirão efeitos administrativos nem gerarão obrigações para a Administração quaisquer comunicações realizadas por meio verbal, telefônico, aplicativos de mensagens, redes sociais ou canais não oficiais.

24.3. A ausência de encaminhamento formal nos termos desta cláusula afasta eventual alegação de omissão da Administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

25.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de Contratações.

25.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

25.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de Contratação, que decidirá com base na legislação em vigor.

25.5. Os casos omissos, em especial os relacionados aos prazos de vigência, serão estabelecidos com base na Lei 14.133/2021.

25.6. O Município de Porto União reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

25.7. É responsabilidade da contratada providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos resíduos originados deste processo, recolhendo-as ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme art. 33, da Lei nº 12.305/2010 (aos itens que se enquadram na referida Lei).

25.8. É total responsabilidade da proponente o acompanhamento do processo no portal de compras públicas, bem como manter frequente acesso ao e-mail informado no sistema/documentos tendo em vista possíveis contatos do município.

25.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

26. - DOS ANEXOS DO EDITAL

26.1. - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- I)** Anexo “I” – RELAÇÃO DO ITEM / QUANTITATIVO TOTAL.
- II)** Anexo “II” - TERMO DE REFERÊNCIA;
- III)** Anexo “III” – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
- IV)** Anexo “IV” – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- V)** Anexo “V” – DECLARAÇÕES;
- VI)** Anexo VI – DADOS GERAIS DO FORNECEDOR



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

Aprovo o Edital.

Dê-se-lhe a divulgação prevista na Lei n. 14.133/2021.

E, para que ninguém alegue ignorância, é o presente Edital publicado em resumo no **DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS**.

Porto União, 19 de maio de 2026.

Juliano Hassan
Prefeito do Município de Porto União

**MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

ANEXO I**RELAÇÃO DOS ITENS / QUANTITATIVO TOTAL**

LOTE 1					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	<p>AR-CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTU/h QUENTE E FRIO - Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, capacidade nominal mínima de 12.000 BTU/h, com ciclo reverso (quente e frio), adequado para climatização de ambientes internos. O equipamento deverá possuir as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Capacidade de refrigeração mínima de 12.000 BTU/h;• Operação em ciclo quente e frio (reversível);• Tecnologia Inverter ou convencional, conforme disponibilidade do fabricante;• Alimentação elétrica 220V, monofásico, frequência 60 Hz;• Utilização de gás refrigerante ecológico R-410A ou R-32;• Classificação energética A ou superior, conforme Programa Brasileiro de Etiquetagem (INMETRO);• Unidade evaporadora tipo Hi-Wall para instalação em parede;• Controle remoto sem fio com display digital;• Funções mínimas: refrigeração, aquecimento, ventilação, desumidificação e modo automático;• Ajuste de temperatura com termostato eletrônico;• Filtro de ar lavável e removível;• Baixo nível de ruído na unidade interna;• Função timer (programação de liga/desliga);• Serpentina com tratamento anticorrosivo ou equivalente;• Acompanhado de manual de instruções em português. Itens inclusos: <ul style="list-style-type: none">• Unidade evaporadora;• Unidade condensadora;• Controle remoto;• Suportes e acessórios necessários para funcionamento. <p>Garantia mínima: 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir da entrega ou instalação. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, atender às normas técnicas brasileiras vigentes e possuir registro ou certificação do INMETRO, quando aplicável.</p>	UND	57	R\$ 2.603,25	R\$ 148.385,25



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

2	<p>AR-CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTU/h QUENTE E FRIO - Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade nominal mínima de 18.000 BTU/h, com ciclo reverso (quente e frio), destinado à climatização de ambientes internos. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• Capacidade de refrigeração mínima de 18.000 BTU/h;• Operação em ciclo quente e frio (reversível);• Tecnologia Inverter ou convencional, conforme linha do fabricante;• Alimentação elétrica 220V, monofásico, frequência 60 Hz;• Utilização de gás refrigerante ecológico R-410A ou R-32;• Classificação de eficiência energética A ou superior, conforme Programa Brasileiro de Etiquetagem – INMETRO;• Unidade evaporadora tipo Hi-Wall para instalação em parede;• Controle remoto sem fio com display digital;• Funções mínimas: refrigeração, aquecimento, ventilação, desumidificação e modo automático;• Ajuste eletrônico de temperatura com termostato digital;• Filtro de ar lavável e removível;• Baixo nível de ruído na unidade interna;• Função Timer para programação de liga/desliga;• Serpentina com tratamento anticorrosivo ou tecnologia equivalente;• Acompanhado de manual de instruções em português. <p>Itens inclusos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Unidade evaporadora;• Unidade condensadora;• Controle remoto;• Acessórios necessários para funcionamento do equipamento. <p>Garantia mínima: 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação, contados a partir da entrega ou instalação. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, atender às normas técnicas brasileiras vigentes e possuir certificação do INMETRO, quando aplicável.</p>	UND	58	R\$ 3.213,87	R\$ 186.404,46
---	--	-----	----	--------------	----------------



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

3	<p>AR-CONDICIONADO SPLIT 24.000 BTU/h QUENTE E FRIO - Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade nominal mínima de 24.000 BTU/h, com ciclo reverso (quente e frio), destinado à climatização de ambientes internos. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none">• Capacidade de refrigeração mínima de 24.000 BTU/h;• Operação em ciclo quente e frio (reversível);• Tecnologia Inverter ou convencional, conforme linha do fabricante;• Alimentação elétrica 220V, monofásico, frequência 60 Hz;• Utilização de gás refrigerante ecológico R-410A ou R-32;• Classificação de eficiência energética A ou superior, conforme Programa Brasileiro de Etiquetagem – INMETRO;• Unidade evaporadora tipo Hi-Wall para instalação em parede;• Controle remoto sem fio com display digital;• Funções mínimas: refrigeração, aquecimento, ventilação, desumidificação e modo automático;• Ajuste eletrônico de temperatura com termostato digital;• Filtro de ar lavável e removível;• Baixo nível de ruído na unidade interna;• Função Timer para programação de liga/desliga;• Serpentina com tratamento anticorrosivo ou tecnologia equivalente;• Acompanhado de manual de instruções em português. <p>Itens inclusos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Unidade evaporadora;• Unidade condensadora;• Controle remoto;• Acessórios necessários para funcionamento do equipamento. <p>Garantia mínima: 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação, contados a partir da entrega ou instalação. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, atender às normas técnicas brasileiras vigentes e possuir certificação do INMETRO, quando aplicável.</p>	UND	75	R\$ 4.140,89	R\$ 310.566,75
---	--	-----	----	--------------	----------------

**MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO**

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

4	AR-CONDICIONADO SPLIT 30.000 BTU/h QUENTE E FRIO - Aparelho de ar-condicionado tipo Split, com capacidade nominal mínima de 30.000 BTU/h, com ciclo reverso (quente e frio), destinado à climatização de ambientes internos de médio a grande porte. O equipamento deverá possuir, no mínimo, as seguintes características: <ul style="list-style-type: none">• Capacidade de refrigeração mínima de 30.000 BTU/h;• Operação em ciclo quente e frio (reversível);• Tecnologia Inverter ou convencional, conforme linha do fabricante;• Alimentação elétrica 220V ou 380V, conforme especificação do fabricante, frequência 60 Hz;• Utilização de gás refrigerante ecológico R-410A ou R-32;• Classificação de eficiência energética A ou superior, conforme Programa Brasileiro de Etiquetagem – INMETRO, quando aplicável;• Unidade evaporadora tipo Hi-Wall, Piso-Teto ou Cassete, conforme modelo do fabricante;• Controle remoto sem fio ou com fio, com display digital;• Funções mínimas: refrigeração, aquecimento, ventilação, desumidificação e modo automático;• Ajuste eletrônico de temperatura com termostato digital;• Filtro de ar lavável e removível;• Baixo nível de ruído na unidade interna;• Função Timer para programação de liga/desliga;• Serpentina com tratamento anticorrosivo ou tecnologia equivalente;• Acompanhado de manual de instruções em português. Itens inclusos: <ul style="list-style-type: none">• Unidade evaporadora;• Unidade condensadora;• Controle remoto;• Acessórios necessários para funcionamento do equipamento. Garantia mínima: 12 (doze) meses, contra defeitos de fabricação, contados a partir da entrega ou instalação. O equipamento deverá ser novo, de primeiro uso, atender às normas técnicas brasileiras vigentes e possuir certificação do INMETRO, quando aplicável.	UND	60	R\$ 4.890,00	R\$ 293.400,00
				TOTAL	R\$ 938.756,46

LOTE 2					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
5	Ar-condicionado de 12.000 BTU. Instalação completa do equipamento, incluindo fixação da unidade interna e externa, tubulação de cobre até 3 metros, isolante térmico, conexão elétrica, dreno e teste de funcionamento, com garantia de 6 meses.	SERV	57	R\$ 439,45	R\$ 25.048,65
6	Ar-condicionado de 18.000 BTU. Instalação completa do equipamento, incluindo fixação da unidade interna e externa, tubulação de cobre até 3 metros, isolante térmico, conexão elétrica, dreno e teste de funcionamento, com garantia de 6 meses.	SERV	13	R\$ 342,90	R\$ 4.457,70
7	Ar-condicionado de 24.000 BTU. Instalação completa do equipamento, incluindo fixação da unidade interna e externa, tubulação de cobre até 3 metros, isolante térmico, conexão elétrica, dreno e teste de funcionamento, com garantia de 6 meses.	SERV	74	R\$ 424,58	R\$ 31.418,92



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

8	Ar-condicionado de 30.000 BTU. Instalação completa do equipamento, incluindo fixação da unidade interna e externa, tubulação de cobre até 3 metros, isolante térmico, conexão elétrica, dreno e teste de funcionamento, com garantia de 6 meses.30.000 BTU	SERV	60	R\$ 450,72	R\$ 27.043,20
9	Tubulação de cobre.	METRO	1.337	R\$ 71,00	R\$ 94.927,00
10	Carga de gás para ar-condicionado de 9.000 BTU	SERV	83	R\$ 200,00	R\$ 16.600,00
11	Carga de gás para ar-condicionado de 12.000 BTU	SERV	134	R\$ 200,00	R\$ 26.800,00
12	Carga de gás para ar-condicionado de 18.000 BTU	SERV	122	R\$ 200,00	R\$ 24.400,00
13	Carga de gás para ar-condicionado de 24.000 BTU	SERV	112	R\$ 220,00	R\$ 24.640,00
14	Carga de gás para ar-condicionado de 30.000 BTU	SERV	113	R\$ 400,00	R\$ 45.200,00
				TOTAL	R\$ 320.535,47

TOTAL GERAL	R\$ 1.259.291,93
--------------------	-------------------------



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

Município de Porto União
Secretaria Municipal de Educação.

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente processo licitatório tem por objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de materiais e serviços de instalação, destinados aos Núcleos Educacionais e aos diversos setores da Administração Pública Municipal, incluindo Secretarias Municipais e órgãos parceiros.

A contratação contempla o fornecimento de equipamentos de climatização do tipo split, com função quente e frio, bem como todos os materiais, acessórios, suportes, tubulações, cabeamento, mão de obra especializada e demais itens necessários para a instalação completa e pleno funcionamento dos equipamentos nos locais indicados pela Administração.

Os aparelhos deverão atender às especificações técnicas e padrões de eficiência energética exigidos pela legislação vigente, garantindo qualidade, durabilidade, segurança e adequado desempenho na climatização dos ambientes.

O objetivo da contratação é proporcionar condições adequadas de conforto térmico nos ambientes de trabalho, ensino e atendimento ao público, contribuindo para a melhoria das condições de permanência, produtividade e qualidade dos serviços prestados pela Administração Pública.

O objeto da contratação pretendida possui as especificações constantes do Anexo I.

1.1 Justificativa da Contratação e a necessidade dos Itens/Serviços.

A presente contratação justifica-se pela necessidade de promover condições adequadas de climatização nos ambientes utilizados pelos Núcleos Educacionais e pelos diversos setores da Administração Pública Municipal, garantindo maior conforto térmico, bem-estar e qualidade no ambiente de trabalho, ensino e atendimento à população.

Observa-se que diversos espaços utilizados para atividades administrativas, pedagógicas e de atendimento ao público apresentam temperaturas elevadas durante os períodos de calor, o que pode ocasionar desconforto térmico, redução da produtividade e dificuldades na realização das atividades diárias. Da mesma forma, durante o período de inverno, as temperaturas na região podem atingir níveis bastante baixos, tornando os ambientes internos frios e inadequados para permanência prolongada.

Nesse contexto, a aquisição de aparelhos de ar-condicionado com função quente e frio, bem como a contratação dos serviços de instalação, torna-se necessária para assegurar condições adequadas de utilização dos ambientes, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos, do desenvolvimento das atividades educacionais e da qualidade dos serviços prestados à população.

Além disso, a climatização adequada favorece a concentração, o conforto e o bem-estar de alunos, professores, servidores e usuários dos serviços públicos, refletindo positivamente na eficiência das atividades desenvolvidas nas unidades administrativas, educacionais e de atendimento.

A contratação também visa atender às demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais e órgãos envolvidos, possibilitando a instalação de equipamentos em locais onde atualmente não há climatização ou onde os equipamentos existentes encontram-se insuficientes ou inadequados para atender às necessidades dos ambientes.

Dessa forma, a realização do processo licitatório para registro de preços permitirá que a Administração Pública realize as aquisições e instalações conforme a necessidade das unidades ao longo da vigência da ata, garantindo maior eficiência na gestão dos recursos públicos e melhor planejamento das ações administrativas.

1.2 Nome completo de quem fez os orçamentos.

Marcelo Amaro – CPF: 023.***.***-54. Responsável por compras.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

1.3 Nome completo do Fiscal de contrato e do substituto, para acompanhamento.

Fiscal do contrato Secretaria Municipal de Educação: Sianara Cheili Saade - CPF 029.***.***-80 - Agente Administrativo. – sianara@smepu.com.br

Fiscal Substituto: Adriana Fatima de Almeida Scalet - CPF 905.***.***-04 - Nutricionista – adriana@smepu.com.brgov.br

Fiscal do contrato da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Cristian Pedroso – CPF 076.***.***-28 – Agente Administrativo – fiscal.social@portouniao.sc.gov.br

Fiscal substituto: Andriéli Marina Giacomini Silveira – CPF 066.***.***-98 - Contadora – fiscal.social@portouniao.sc.gov.br

Fiscal do contrato Secretaria Municipal de Administração e Esporte: Liliane Laura Erhard Soares – CPF 103.***.***-27 – fiscal.dme@portouniao.sc.gov.br

Fiscal substituto: Davi Damasceno dos Santos – CPF 737.***.***-72 – fiscal.dme@portouniao.sc.

Fiscal do contrato Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos: Julio Cesar Lopes CPF 097.***.***-14 – Gerente de Serviços Públicos – licitações.obras@portouniao.sc.gov.br

Fiscal substituto: Rodrigo Bonin Leão – CPF 037.***.***-60 – Supervisor de Serviços Públicos - licitações.obras@portouniao.sc.gov.br

Fiscal do contrato Secretaria Municipal de Saúde: Jeferson Jose da Cruz – CPF 065.***.***-32 – Coordenador Administrativo Compras e Financeiro da Saúde – transportesus@portouniao.sc.gov.br

Fiscal substituto: Jessica Diane Stein – CPF 081.***.***-07 – Chefe Administrativo da Saúde – secsaude@portouniao.sc.gov.br

Fiscal do contrato da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União: Leandro Schneider, CPF 039.***.***-63 – 2º SGT BM - 92log@cbm.sc.gov.br

1.4 Prazo para a entrega.

O prazo para fornecimento e entrega dos aparelhos de ar-condicionado, bem como para a execução dos serviços de instalação, será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço emitida pelo setor competente da Administração.

A entrega dos equipamentos deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração Municipal, podendo contemplar os Núcleos Educacionais, unidades administrativas das Secretarias Municipais e demais órgãos participantes do processo, conforme demanda previamente informada.

Os serviços de instalação deverão ser realizados por profissionais qualificados, incluindo todos os materiais, acessórios e equipamentos necessários para o pleno funcionamento dos aparelhos, observando as normas técnicas e de segurança vigentes.

Caso haja necessidade, a Administração poderá estabelecer cronograma específico de entrega e instalação, de acordo com a disponibilidade dos locais e a necessidade das unidades atendidas.

1.5 Local para entrega/execução/instalação.

A entrega dos aparelhos de ar-condicionado, bem como a execução dos serviços de instalação, deverá ser realizada nos locais indicados pela Administração Municipal, conforme a demanda de cada Secretaria ou órgão participante do processo.

Os equipamentos e serviços poderão ser destinados aos Núcleos Educacionais, unidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Administração e Esporte, Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Saúde, bem como à 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União, entre outros locais pertencentes ou vinculados à Administração Pública Municipal.

Os endereços específicos para entrega e instalação serão informados pela Administração no momento da emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, podendo contemplar diferentes unidades localizadas no território do Município.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

A empresa contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte, descarga, instalação completa dos equipamentos e testes de funcionamento, garantindo que os aparelhos estejam em perfeito estado de operação no momento da entrega definitiva.

1.6 Condições de entrega/execução/instalação; alguma garantia.

A entrega dos aparelhos de ar-condicionado e a execução dos serviços de instalação deverão ocorrer em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, observando-se rigorosamente os padrões de qualidade, segurança e eficiência exigidos pela legislação vigente.

Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, de primeiro fornecimento, devidamente embalados e acompanhados de manuais, certificados de garantia e demais documentos pertinentes.

A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, insumos, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários à completa instalação dos aparelhos, incluindo suportes, tubulações, conexões, cabeamento elétrico, drenos e demais itens indispensáveis ao perfeito funcionamento.

A instalação deverá ser realizada por profissionais qualificados e habilitados, observando as normas técnicas aplicáveis, em especial as normas da ABNT e as exigências de segurança do trabalho, ficando sob responsabilidade da contratada quaisquer danos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução dos serviços.

Após a instalação, deverão ser realizados testes de funcionamento, regulagens e orientações básicas aos usuários, assegurando que os equipamentos estejam em pleno funcionamento.

Os serviços serão considerados concluídos somente após o recebimento definitivo por parte da Administração, mediante verificação do correto funcionamento dos equipamentos e conformidade com as especificações contratadas.

Quanto à garantia, os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação e funcionamento.

A contratada também deverá oferecer garantia dos serviços de instalação pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, responsabilizando-se por eventuais ajustes, correções ou reparos necessários, sem ônus adicional para a Administração.

Durante o período de garantia, a empresa deverá prestar assistência técnica, para solução de eventuais problemas, assegurando a continuidade do funcionamento dos equipamentos.

1.7 Prazo de vigência/execução do contrato

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

A execução do objeto dar-se-á de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de ordem de fornecimento, durante o período de vigência da Ata.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de atender às demandas de climatização dos ambientes utilizados pelos Núcleos Educacionais e pelos diversos setores da Administração Pública Municipal, visando proporcionar condições adequadas de conforto térmico para o desenvolvimento das atividades administrativas, pedagógicas e de atendimento à população.

A aquisição de aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de materiais e serviços de instalação, está alinhada ao interesse público e ao dever da Administração de assegurar condições adequadas de funcionamento das unidades públicas, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos servidores e para a qualidade dos serviços prestados à comunidade.

A contratação também encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade e planejamento, previstos na legislação que rege as contratações públicas, uma vez que a utilização do Sistema de Registro de Preços possibilita que a Administração realize as aquisições e instalações conforme a



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

necessidade das unidades, ao longo do período de vigência da ata, evitando aquisições desnecessárias e permitindo melhor gestão dos recursos públicos.

Além disso, a climatização adequada dos ambientes contribui para o bem-estar dos servidores, alunos e usuários dos serviços públicos, favorecendo melhores condições de permanência, concentração e desempenho das atividades desenvolvidas nas unidades administrativas, educacionais e de atendimento à população.

A presente contratação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço por lote, conforme previsto na legislação vigente, garantindo maior competitividade entre os fornecedores, transparência no processo licitatório e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa forma, a contratação mostra-se necessária e adequada para atender às demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais e demais órgãos participantes, assegurando a adequada climatização dos ambientes públicos e a continuidade dos serviços prestados à população.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de aparelhos de ar-condicionado do tipo split, com função quente e frio, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários e a prestação dos serviços de instalação completa, destinados aos Núcleos Educacionais e aos diversos setores da Administração Pública Municipal.

A contratação abrangerá o fornecimento dos equipamentos de climatização, bem como todos os componentes indispensáveis para sua instalação e funcionamento adequado, tais como suportes, tubulações, conexões, drenos, cabeamento elétrico, isolamentos, fixações e demais materiais necessários para a execução do serviço.

Além do fornecimento dos equipamentos, a solução contempla a mão de obra especializada para instalação, testes de funcionamento, ajustes e verificação do desempenho dos aparelhos, assegurando que os equipamentos sejam entregues em pleno funcionamento e em conformidade com as normas técnicas vigentes.

Os aparelhos deverão possuir eficiência energética adequada, funcionamento silencioso, confiabilidade e durabilidade, garantindo a climatização eficiente dos ambientes durante todas as estações do ano, considerando que os equipamentos deverão possuir função de refrigeração e aquecimento (quente e frio).

A solução também prevê a utilização do Sistema de Registro de Preços, possibilitando que a Administração Municipal realize as aquisições e instalações de forma parcelada, conforme a necessidade das unidades e a disponibilidade orçamentária durante o período de vigência da ata.

Dessa forma, a contratação proposta permitirá atender de maneira eficiente às demandas de climatização dos ambientes públicos, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores, melhores condições de aprendizagem aos estudantes e maior conforto aos cidadãos que utilizam os serviços públicos municipais.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento da presente contratação, deverão ser observados os seguintes requisitos técnicos e operacionais:

4.1 Requisitos dos Equipamentos

Os aparelhos de ar-condicionado a serem fornecidos deverão:

- Ser novos, sem uso, de primeiro fornecimento e estar em linha de produção do fabricante;
- Ser do tipo split, com função quente e frio;
- Possuir classificação de eficiência energética conforme normas do INMETRO, priorizando equipamentos com melhor desempenho energético;
- Possuir capacidade de refrigeração adequada aos ambientes, conforme especificações que constarão na planilha de itens do processo licitatório;
- Ser acompanhados de manuais de instalação, operação e manutenção em língua portuguesa;
- Atender às normas técnicas vigentes da ABNT e demais regulamentações aplicáveis;



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

- Possuir garantia mínima do fabricante, conforme especificado neste Termo de Referência.

4.2 Requisitos para Execução dos Serviços de Instalação

A empresa contratada deverá:

- Realizar a instalação completa dos equipamentos, incluindo fornecimento de todos os materiais e acessórios necessários para o perfeito funcionamento;
- Disponibilizar mão de obra qualificada e tecnicamente capacitada para execução dos serviços;
- Observar as normas técnicas de instalação, segurança do trabalho e recomendações do fabricante;
- Executar os serviços de forma a **não causar danos às estruturas físicas dos locais de instalação**, responsabilizando-se por eventuais reparos necessários;
- Realizar testes de funcionamento e verificação do desempenho dos equipamentos após a instalação.

4.3 Requisitos da Empresa Contratada

A empresa contratada deverá:

- Possuir capacidade técnica para fornecimento e instalação de equipamentos de climatização;
- Cumprir todas as obrigações legais, fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- Garantir assistência técnica durante o período de garantia dos equipamentos e dos serviços executados;
- Responsabilizar-se pelo transporte, entrega, instalação e perfeito funcionamento dos equipamentos nos locais indicados pela Administração.

O atendimento a todos os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência é condição indispensável para garantir a qualidade dos equipamentos fornecidos, a segurança na execução dos serviços e o adequado funcionamento do sistema de climatização nos ambientes públicos atendidos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Pública Municipal, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço pelo setor competente.

Após o recebimento da autorização, a empresa contratada deverá realizar o fornecimento dos aparelhos de ar-condicionado, bem como a execução dos serviços de instalação completa, observando os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

A execução compreenderá:

- Fornecimento dos equipamentos de climatização, conforme especificações técnicas previstas no processo licitatório;
- Transporte dos equipamentos até os locais indicados pela Administração;
- Fornecimento de todos os materiais e acessórios necessários à instalação, tais como suportes, tubulações, conexões, cabos elétricos, drenos, isolamentos e demais componentes necessários;
- Instalação completa dos aparelhos de ar-condicionado, realizada por profissionais qualificados;
- Realização de testes de funcionamento, ajustes e verificação do desempenho dos equipamentos após a instalação;
- Entrega dos equipamentos em pleno funcionamento, aptos para utilização nos ambientes indicados.

A execução dos serviços deverá observar as normas técnicas vigentes, recomendações dos fabricantes e normas de segurança aplicáveis, garantindo a correta instalação e o adequado funcionamento dos equipamentos.

Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou inconformidades, a empresa contratada deverá providenciar as correções ou substituições necessárias, sem qualquer ônus adicional para a Administração, dentro do prazo estabelecido pelo setor responsável.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal Nº 1.714, de 27 de março de 2023, que regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de Porto União, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Pagamento em até 30 (trinta) dias após a entrega do material/produto/serviço e do seu aceite, mediante:

À apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria solicitante, no documento fiscal deverá ser discriminado o objeto licitado, bem como o número do processo licitatório e o número do contrato que a originou.

A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

A seleção do fornecedor será realizada por meio de Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preços, em conformidade com a legislação vigente.

O critério de julgamento adotado será o de menor preço por lote, considerando-se vencedor o licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, atendidas as exigências técnicas, operacionais e legais estabelecidas no edital e seus anexos. Poderão participar do certame empresas legalmente constituídas e que atendam às condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica, conforme disposto no instrumento convocatório.

A habilitação e o julgamento das propostas observarão os procedimentos previstos na legislação aplicável, garantindo-se a ampla competitividade, a isonomia entre os licitantes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada com base em levantamento prévio de preços de mercado, considerando os valores médios praticados para o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado, bem como os materiais e serviços necessários para sua instalação completa.

Foram consideradas as demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais e órgãos participantes, contemplando a aquisição dos equipamentos e a execução dos serviços de instalação nos respectivos locais indicados pela Administração.

Os valores estimados para cada órgão participante são os seguintes:

- **Secretaria Municipal de Educação:** R\$ 985.267,05 (novecentos e oitenta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e cinco centavos);
- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:** R\$ 132.261,88 (cento e trinta e dois mil, duzentos e sessenta e um reais e oitenta e oito centavos);
- **Secretaria Municipal de Administração e Esporte,** destinado à sede alocada no Estádio Municipal Armando Sarti: R\$ 34.933,82 (trinta e quatro mil, novecentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos);
- **Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos,** para climatização dos ambientes utilizados pela Secretaria de Obras: R\$ 13.592,19 (treze mil, quinhentos e noventa e dois reais e dezenove centavos);
- **Secretaria Municipal de Saúde,** para atendimento das demandas das unidades de saúde, setores administrativos e demais espaços de atendimento à população: R\$ 75.650,23 (setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e vinte e três centavos);
- **2ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União,** para atender às demandas de climatização das dependências da Companhia: R\$ 17.586,76 (dezesete mil, quinhentos e oitenta e seis reais e setenta e seis centavos).

Dessa forma, o valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 1.259.291,93** (um milhão, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e noventa e um reais e noventa e três centavos).



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

A definição do valor estimado tem como objetivo subsidiar a realização do processo licitatório, possibilitando à Administração Pública a seleção da proposta mais vantajosa, observando os princípios da economicidade, eficiência e planejamento na aplicação dos recursos públicos.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias Municipais e órgãos participantes, observando-se a disponibilidade orçamentária e financeira para a execução da contratação.

Considerando que a presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, não há obrigatoriedade de empenho total do valor estimado no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços, sendo que as aquisições e contratações decorrentes ocorrerão de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e mediante a emissão das respectivas Autorizações de Fornecimento ou Ordens de Serviço.

Dessa forma, a contratação está em consonância com o planejamento orçamentário da Administração Pública Municipal, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos e a continuidade das atividades administrativas e de atendimento à população.

Porto União/SC, 17 de março de 2026.

EDSON TWARDOWSKI
Secretário de Educação



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

ANEXO III ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Município de Porto União
Secretaria Municipal de Educação.

A presente contratação decorre da necessidade de proporcionar condições adequadas de climatização nos ambientes utilizados pelos Núcleos Educacionais e pelos diversos setores da Administração Pública Municipal, incluindo secretarias e órgãos participantes do processo.

Atualmente, parte dos ambientes destinados às atividades administrativas, educacionais e de atendimento à população apresenta insuficiência ou ausência de equipamentos de climatização, o que pode ocasionar desconforto térmico durante períodos de temperaturas elevadas no verão e baixas temperaturas no inverno, prejudicando o desempenho das atividades e a permanência adequada de servidores, alunos e usuários dos serviços públicos.

Dessa forma, a aquisição de aparelhos de ar-condicionado com função quente e frio, bem como a contratação dos serviços necessários para sua instalação completa, torna-se indispensável para garantir ambientes mais adequados, confortáveis e funcionais, contribuindo para a melhoria das condições de trabalho dos servidores, para o desenvolvimento das atividades educacionais e para a qualidade do atendimento prestado à população.

Além disso, a climatização adequada dos ambientes favorece a concentração, o bem-estar e a produtividade, refletindo positivamente na eficiência dos serviços públicos e no desenvolvimento das atividades realizadas nas unidades administrativas e educacionais.

Assim, a presente contratação busca atender de forma planejada às demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais e órgãos participantes, assegurando melhores condições estruturais para o funcionamento das unidades públicas.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente demanda refere-se à necessidade de aquisição de aparelhos de ar-condicionado, incluindo o fornecimento de materiais e serviços de instalação, destinados aos Núcleos Educacionais e aos diversos setores da Administração Pública Municipal.

A contratação visa atender às demandas apresentadas pelas Secretarias Municipais e órgãos participantes, que necessitam de equipamentos de climatização adequados para garantir melhores condições de trabalho aos servidores, bem como proporcionar ambientes mais confortáveis para alunos e cidadãos que utilizam os serviços públicos.

Atualmente, diversos ambientes utilizados para atividades administrativas, educacionais e de atendimento ao público apresentam insuficiência ou ausência de climatização, o que pode ocasionar desconforto térmico durante períodos de temperaturas elevadas no verão e baixas temperaturas no inverno. Essas condições podem impactar diretamente no desempenho das atividades desenvolvidas, no bem-estar dos servidores e na qualidade do atendimento prestado à população.

Dessa forma, a aquisição de aparelhos de ar-condicionado com função quente e frio, aliada à contratação dos serviços necessários para sua instalação completa, torna-se essencial para assegurar condições adequadas de climatização dos ambientes, contribuindo para a melhoria das condições de permanência, concentração e produtividade nos espaços públicos.

A contratação também permitirá atender de forma planejada as necessidades das unidades administrativas e educacionais, garantindo maior eficiência na utilização dos recursos públicos e melhor estrutura para o desenvolvimento das atividades institucionais.

2. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

A presente contratação encontra-se alinhada com o planejamento estratégico da Administração Pública Municipal, visando garantir melhores condições estruturais para o desenvolvimento das atividades administrativas, educacionais e de atendimento à população.

A aquisição de aparelhos de ar-condicionado, com fornecimento de materiais e serviços de instalação, está diretamente relacionada à necessidade de melhoria da infraestrutura dos ambientes públicos, proporcionando condições adequadas de climatização nos espaços utilizados pelos Núcleos Educacionais e pelos diversos setores da Administração Municipal.

A iniciativa contribui para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à qualidade do ambiente de trabalho, ao bem-estar dos servidores, à melhoria das condições de aprendizagem nas unidades educacionais e ao aprimoramento do atendimento prestado à população.

Dessa forma, a contratação proposta demonstra-se necessária e alinhada às ações de modernização e melhoria da estrutura física das unidades públicas municipais, contribuindo para a eficiência na prestação dos serviços públicos.

3. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para atendimento da presente demanda, a contratação deverá observar requisitos técnicos e operacionais que assegurem a qualidade dos equipamentos, a correta execução dos serviços de instalação e o pleno funcionamento do sistema de climatização nos ambientes atendidos.

Os aparelhos de ar-condicionado a serem fornecidos deverão ser novos, sem uso, de primeiro fornecimento, do tipo split, com função quente e frio, atendendo às especificações técnicas e padrões de eficiência energética estabelecidos pelos órgãos reguladores competentes, especialmente as normas do INMETRO.

Os equipamentos deverão possuir capacidade de refrigeração compatível com os ambientes onde serão instalados, conforme especificações que constarão na relação de itens do processo licitatório, garantindo desempenho adequado na climatização dos espaços.

A empresa contratada deverá ser responsável pelo fornecimento dos equipamentos, transporte, entrega e instalação completa, incluindo todos os materiais, acessórios e componentes necessários, tais como suportes, tubulações, conexões, drenos e demais itens indispensáveis para o perfeito funcionamento dos aparelhos.

A instalação deverá ser realizada por profissionais qualificados e tecnicamente capacitados, observando as normas técnicas aplicáveis, recomendações dos fabricantes e normas de segurança do trabalho.

Após a instalação, deverão ser realizados testes de funcionamento e verificação do desempenho dos equipamentos, garantindo que os aparelhos estejam em pleno funcionamento no momento da entrega.

Os equipamentos deverão possuir garantia mínima do fabricante, bem como garantia dos serviços de instalação executados, assegurando à Administração a assistência técnica necessária em caso de eventuais defeitos ou falhas de funcionamento.

Dessa forma, os requisitos estabelecidos visam garantir que a contratação atenda plenamente às necessidades da Administração Pública, assegurando qualidade, eficiência, segurança e durabilidade dos equipamentos e serviços contratados.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa das quantidades de aparelhos de ar-condicionado e dos serviços de instalação foi elaborada com base no levantamento das necessidades apresentadas pelos Núcleos Educacionais, Secretarias Municipais e demais órgãos participantes do processo.

Para a definição das quantidades estimadas, foram consideradas as demandas atuais de climatização dos ambientes, a necessidade de instalação de novos equipamentos em locais que ainda não possuem sistema de climatização, bem como a substituição ou complementação de equipamentos existentes que se encontram insuficientes ou inadequados para atender às condições de uso dos ambientes.

Também foram levadas em consideração as características físicas dos espaços, como dimensão das salas, quantidade de ambientes a serem climatizados e finalidade de utilização dos locais, visando garantir a escolha de equipamentos com capacidade adequada para o atendimento das necessidades de cada unidade.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

Dessa forma, as quantidades estimadas foram definidas com base nas informações fornecidas pelas unidades administrativas e educacionais, buscando assegurar que a contratação atenda de forma eficiente às demandas da Administração Pública Municipal.

Ressalta-se que, considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, as quantidades indicadas no processo licitatório representam estimativas de consumo, podendo as aquisições ocorrer de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração durante o período de vigência da ata.

5. ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

Para atendimento da necessidade identificada, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado para o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado, incluindo materiais e serviços de instalação, destinados às atividades institucionais dos Núcleos Educacionais e dos diversos setores da Administração Pública Municipal.

Constatou-se a existência de diversos fornecedores no mercado local e regional aptos a atender às especificações técnicas, aos padrões de qualidade e às normas vigentes, o que assegura a viabilidade da competição e a ampla concorrência.

Considerando o disposto no art. 23, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no art. 33, inciso III, do Decreto Municipal nº 1.714, de 27 de março de 2023, foram realizadas pesquisas de preços no sistema FAROL TCE/SC, bem como no Banco de Preços e junto a empresas especializadas no ramo, como forma de identificação das alternativas disponíveis no mercado e de verificação da compatibilidade dos valores praticados.

A análise das alternativas demonstrou que a adoção do Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preços e critério de julgamento pelo menor preço por lote, mostra-se a solução mais adequada e vantajosa para a Administração, por proporcionar maior eficiência administrativa, padronização dos equipamentos e serviços, economicidade e flexibilidade no atendimento das demandas, considerando a natureza eventual e variável das aquisições e instalações.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Com base nas pesquisas realizadas, o valor total estimado da contratação é de **R\$ 1.259.291,93** (um milhão, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e noventa e um reais e noventa e três centavos).

A estimativa de valor foi elaborada considerando os levantamentos de preços de mercado para o fornecimento de aparelhos de ar-condicionado, bem como os materiais e serviços necessários para sua instalação completa, observando os valores praticados por fornecedores do ramo e as necessidades apresentadas pelas Secretarias Municipais e órgãos participantes.

Os valores estimados para atendimento das demandas dos órgãos participantes são os seguintes:

- **Secretaria Municipal de Educação:** R\$ 985.267,05
- **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social:** R\$ 132.261,88
- **Secretaria Municipal de Administração e Esporte:** R\$ 34.933,82
- **Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos:** R\$ 13.592,19
- **Secretaria Municipal de Saúde:** R\$ 75.650,23
- **2ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União:** R\$ 17.586,76

A formação do valor estimado da contratação decorre de pesquisa de preços realizada em conformidade com o art. 23, inciso I, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como com o art. 33, inciso III, do Decreto Municipal nº 1.714, de 27 de março de 2023, utilizando-se fontes idôneas e compatíveis com o objeto pretendido.

Para a composição dos valores, foram realizadas pesquisas no sistema FAROL TCE/SC, no Banco de Preços e empresa especializada, considerando contratações similares, valores praticados por entes públicos e referências de mercado atualizadas, garantindo maior confiabilidade, transparência e aderência aos preços praticados no mercado.

A média dos preços obtidos foi adotada como metodologia de formação do valor estimado por representar critério objetivo e amplamente utilizado pela Administração Pública, reduzindo distorções



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

decorrentes de valores pontuais, excessivamente elevados ou subavaliados, e proporcionando maior equilíbrio e razoabilidade na estimativa da contratação.

A utilização da média de preços contribui para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, assegurando economicidade, competitividade e observância aos princípios da eficiência, razoabilidade e interesse público, sem prejuízo à ampla concorrência no certame.

Dessa forma, a metodologia adotada mostra-se adequada e compatível com a legislação vigente, fundamentando de maneira técnica e justificada o valor estimado da contratação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de aparelhos de ar-condicionado do tipo split, com função quente e frio, incluindo o fornecimento de todos os materiais necessários e a prestação dos serviços de instalação completa, destinados aos Núcleos Educacionais e aos diversos setores da Administração Pública Municipal.

A contratação abrangerá o fornecimento dos equipamentos de climatização com capacidade adequada para os ambientes onde serão instalados, bem como todos os componentes necessários para sua correta instalação e funcionamento, tais como suportes, tubulações, conexões, drenos, isolamentos e demais materiais indispensáveis.

Além do fornecimento dos equipamentos, a solução contempla a mão de obra especializada para instalação, testes de funcionamento e verificação do desempenho dos aparelhos, garantindo que os equipamentos sejam entregues em pleno funcionamento e em conformidade com as normas técnicas vigentes.

A solução também prevê a utilização do Sistema de Registro de Preços, possibilitando que a Administração Pública realize as aquisições e instalações de forma parcelada, conforme a necessidade das Secretarias e órgãos participantes, durante o período de vigência da ata.

Dessa forma, a contratação proposta permitirá atender de maneira eficiente às demandas de climatização dos ambientes públicos, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores, melhores condições de aprendizagem aos estudantes e maior conforto aos cidadãos que utilizam os serviços públicos municipais.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada com parcelamento do objeto, considerando que a aquisição dos aparelhos de ar-condicionado e os serviços de instalação poderão ocorrer de forma gradual, conforme a necessidade das Secretarias Municipais e órgãos participantes.

O parcelamento se mostra adequado, uma vez que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, permitindo que a Administração realize as aquisições e instalações de forma parcelada durante o período de vigência da ata, conforme a demanda e disponibilidade orçamentária de cada unidade administrativa.

Essa forma de contratação possibilita maior flexibilidade na gestão dos recursos públicos, evitando aquisições desnecessárias e permitindo melhor planejamento na execução das instalações, conforme a necessidade real de cada ambiente a ser climatizado.

Além disso, o parcelamento do objeto não compromete a economicidade, competitividade ou eficiência do processo licitatório, visto que os itens poderão ser agrupados em lotes compatíveis com o mercado fornecedor, permitindo ampla participação de empresas especializadas no fornecimento e instalação de equipamentos de climatização.

Dessa forma, o parcelamento da contratação demonstra-se a alternativa mais adequada para atender às necessidades da Administração Pública, assegurando maior eficiência na execução da contratação e na aplicação dos recursos públicos.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a realização da presente contratação, pretende-se proporcionar condições adequadas de climatização nos ambientes utilizados pelos Núcleos Educacionais e pelos diversos setores da Administração



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

Pública Municipal, garantindo maior conforto térmico para servidores, alunos e cidadãos que utilizam os serviços públicos.

Entre os principais resultados esperados, destacam-se:

- Melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos, proporcionando ambientes mais adequados para o desempenho das atividades administrativas e operacionais;
- Aprimoramento das condições de ensino e aprendizagem nas unidades educacionais, contribuindo para maior conforto e concentração de alunos e professores;
- Melhoria no atendimento à população, garantindo ambientes mais confortáveis e adequados para os cidadãos que utilizam os serviços públicos municipais;
- Padronização e modernização dos equipamentos de climatização utilizados nas unidades públicas;
- Maior eficiência na utilização dos recursos públicos, por meio da contratação planejada e da utilização do Sistema de Registro de Preços.

Dessa forma, a contratação contribuirá para a melhoria da infraestrutura das unidades públicas municipais, favorecendo o bem-estar dos usuários dos serviços públicos e garantindo melhores condições para a execução das atividades institucionais da Administração Pública.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.

A Secretaria de Educação indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam:

- a) elaboração de minuta do edital;
- b) realização de certificação de disponibilidade orçamentária;
- c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação (conforme o caso);
- d) elaboração de minuta do contrato;
- e) encaminhamento do processo para análise jurídica;
- f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados;
- g) publicação e divulgação do edital e anexos;
- h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável;
- i) realização do certame, com suas respectivas etapas;
- j) realização de empenho;
- k) assinatura e publicação do contrato.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para a execução da presente contratação não se identificam, neste momento, contratações correlatas ou interdependentes que necessitem ser realizadas previamente ou de forma simultânea para viabilizar o objeto proposto.

A aquisição dos aparelhos de ar-condicionado, bem como os serviços de instalação previstos, contempla todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários para o pleno funcionamento do sistema de climatização nos ambientes indicados pela Administração.

Eventuais adequações de infraestrutura elétrica ou estrutural que venham a ser necessárias nos locais de instalação poderão ser avaliadas previamente pelas unidades responsáveis, não configurando, contudo, dependência direta que impeça a realização da presente contratação.

Dessa forma, a contratação pretendida possui autonomia operacional, podendo ser executada de forma independente, sem prejuízo à sua efetividade ou à execução das atividades desenvolvidas pelas unidades administrativas e educacionais atendidas.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

A contratação para aquisição de aparelhos de ar-condicionado e serviços de instalação poderá gerar alguns impactos ambientais relacionados principalmente ao consumo de energia elétrica, ao uso de gases refrigerantes e ao descarte de componentes e embalagens provenientes dos equipamentos.

Para minimizar esses impactos, serão priorizados equipamentos que possuam boa classificação de eficiência energética, conforme regulamentação do INMETRO, contribuindo para a redução do consumo de energia elétrica e para maior eficiência no funcionamento dos aparelhos.

Além disso, a empresa contratada deverá observar as normas ambientais e técnicas vigentes, especialmente no que se refere ao manuseio de gases refrigerantes, instalação adequada dos equipamentos e destinação correta de resíduos gerados durante a execução dos serviços.

Sempre que possível, deverá ser promovida a destinação ambientalmente adequada de embalagens, materiais excedentes e eventuais componentes substituídos, conforme a legislação ambiental aplicável.

Dessa forma, a contratação busca atender às necessidades da Administração Pública Municipal, observando também práticas que contribuam para a redução de impactos ambientais e para o uso mais eficiente dos recursos naturais.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaramos que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

Porto União/SC, 17 de março de 2026.

EDSON TWARDOWSKI
Secretário de Educação



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

ANEXO IV MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA *, NA FORMA ABAIXO.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº */2026**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº */2026 – MULTIENTIDADE**

Aos ** dias do mês de *** do ano de 2026, o Município de Porto União, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, município de Porto União, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ***, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº ***, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Licitatório nº ***, RESOLVE registrar os preços da empresa ***, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº ***, com sede na ***, nº ***, bairro ***, município ***, estado ***, CEP ***, telefone ***, e-mail ***, neste ato representado pelo Sr. *** (ou representante legal), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a *****, especificados no Termo de Referência anexo ao Edital de Licitação assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS, FORMA DE PAGAMENTO, PRAZOS E CONDIÇÕES DA ENTREGA E DA FISCALIZAÇÃO

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

LOTE 01						
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QTDE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)

2.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da assinatura do recebimento do material e seu aceite, mediante:

a) À apresentação da Nota Fiscal na forma eletrônica, conforme a quantidade solicitada pela Secretaria solicitante, no documento fiscal, em local de fácil visualização, deverá ser discriminado o objeto licitado, bem como o número do processo licitatório e o número do contrato que a originou.

b) A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

2.2.1. Considerando o Decreto Municipal 1.749 de 07 de junho de 2023, para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da Constituição da República, a partir do dia 01 de julho de 2023 o Município de Porto União, em todas as suas contratações, efetuará as retenções na fonte do IR sobre os pagamentos que efetuarem às pessoas físicas e jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras.

2.2.2. Quando do faturamento dos bens e serviços prestados, todos os contratados deverão observar o disposto na IN RFB nº 1.234/2012 e no Decreto Municipal 1.749/2023.

2.3. As despesas decorrentes na execução da Ata de Registro de Preços relativo ao presente Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias determinadas pelo Departamento de Compras, podendo utilizar a seguinte dotação:

Órgão 0200 – Poder Executivo Porto União

.....

2.4. As Secretarias responsáveis, efetuarão o pedido do item através da solicitação de fornecimento, conforme a necessidade, sendo que sua totalidade poderá ser retirada durante o período de vigência do contrato

2.4.1. O prazo para fornecimento e entrega dos aparelhos de ar-condicionado, bem como para a execução dos serviços de instalação, será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço emitida pelo setor competente da Administração.

2.4.2. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer nos locais indicados pela Administração Municipal, podendo contemplar os Núcleos Educacionais, unidades administrativas das Secretarias Municipais e demais órgãos participantes do processo, conforme demanda previamente informada.

2.4.2.1. Os equipamentos e serviços poderão ser destinados aos Núcleos Educacionais, unidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Administração e Esporte, Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos, Secretaria Municipal de Saúde, bem como à 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União, entre outros locais pertencentes ou vinculados à Administração Pública Municipal.

2.4.2.2. Os endereços específicos para entrega e instalação serão informados pela Administração no momento da emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço, podendo contemplar diferentes unidades localizadas no território do Município.

2.4.3. Os serviços de instalação deverão ser realizados por profissionais qualificados, incluindo todos os materiais, acessórios e equipamentos necessários para o pleno funcionamento dos aparelhos, observando as normas técnicas e de segurança vigentes.

2.4.3.1. A empresa contratada será responsável pelo fornecimento de todos os materiais, insumos, ferramentas, equipamentos e mão de obra necessários à completa instalação dos aparelhos, incluindo suportes, tubulações, conexões, cabeamento elétrico, drenos e demais itens indispensáveis ao perfeito funcionamento.

2.4.3.2. A instalação deverá ser realizada por profissionais qualificados e habilitados, observando as normas técnicas aplicáveis, em especial as normas da ABNT e as exigências de segurança do trabalho, ficando sob responsabilidade da contratada quaisquer danos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante a execução dos serviços.

2.4.3.3. Após a instalação, deverão ser realizados testes de funcionamento, regulagens e orientações básicas aos usuários, assegurando que os equipamentos estejam em pleno funcionamento.

2.4.3.4. Os serviços serão considerados concluídos somente após o recebimento definitivo por parte da Administração, mediante verificação do correto funcionamento dos equipamentos e conformidade com as especificações contratadas.

2.4.4. Caso haja necessidade, a Administração poderá estabelecer cronograma específico de entrega e instalação, de acordo com a disponibilidade dos locais e a necessidade das unidades atendidas.

2.5. Os equipamentos deverão ser novos, sem uso, de primeiro fornecimento, devidamente embalados e acompanhados de manuais, certificados de garantia e demais documentos pertinentes.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

2.5.1. A entrega deverá observar rigorosamente as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, sendo recusados os itens que estiverem em desacordo com o solicitado, danificados ou com indícios de uso.

2.6. Quanto à garantia, os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, abrangendo defeitos de fabricação e funcionamento.

2.6.1. A contratada também deverá oferecer garantia dos serviços de instalação pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, responsabilizando-se por eventuais ajustes, correções ou reparos necessários, sem ônus adicional para a Administração.

2.6.2. Durante o período de garantia, a empresa deverá prestar assistência técnica, para solução de eventuais problemas, assegurando a continuidade do funcionamento dos equipamentos.

2.7. Os itens que não atenderem as exigências de qualidade e as do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos imediatamente.

2.8. É de total CONHECIMENTO da proponente de que os pedidos serão efetuados somente CONFORME A NECESSIDADE, comprometendo-se a realizar a entrega independente da quantidade solicitada e o local de entrega;

2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na entrega do produto.

2.10. A CONTRATANTE reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o produto ora contratado, caso o mesmo afaste-se das especificações do edital, seus anexos e da proposta da CONTRATADA;

2.11. Para este contrato ficam designados como Fiscal de Contrato:

Fiscal do contrato Secretaria Municipal de Educação: Sianara Cheili Saade - CPF 029.***.***-80 - Agente Administrativo. – sianara@smepu.com.br

Fiscal Substituto: Adriana Fatima de Almeida Scalet - CPF 905.***.***-04 - Nutricionista – adriana@smepu.com.brgov.br

Fiscal do contrato da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Cristian Pedroso – CPF 076.***.***-28 – Agente Administrativo – fiscal.social@portouniao.sc.gov.br

Fiscal substituto: Andriéli Marina Giacomini Silveira – CPF 066.***.***-98 - Contadora – fiscal.social@portouniao.sc.gov.br

Fiscal do contrato Secretaria Municipal de Administração e Esporte: Liliane Laura Erhard Soares – CPF 103.***.***-27 – fiscal.dme@portouniao.sc.gov.br

Fiscal substituto: Davi Damasceno dos Santos – CPF 737.***.***-72 – fiscal.dme@portouniao.sc.

Fiscal do contrato Secretaria Municipal de Transportes Obras e Serviços Públicos: Julio Cesar Lopes CPF 097.***.***-14 – Gerente de Serviços Públicos – licitações.obras@portouniao.sc.gov.br

Fiscal substituto: Rodrigo Bonin Leão – CPF 037.***.***-60 – Supervisor de Serviços Públicos – licitações.obras@portouniao.sc.gov.br

Fiscal do contrato Secretaria Municipal de Saúde: Jeferson Jose da Cruz – CPF 065.***.***-32 – Coordenador Administrativo Compras e Financeiro da Saúde – transportesus@portouniao.sc.gov.br

Fiscal substituto: Jessica Diane Stein – CPF 081.***.***-07 – Chefe Administrativo da Saúde – secsaude@portouniao.sc.gov.br

Fiscal do contrato da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de Porto União: Leandro Schneider, CPF 039.***.***-63 – 2º SGT BM - 92log@cbm.sc.gov.br

2.12. Para este contrato fica designado como Gestor do Contrato Rogê Getúlio de Andrade Pereira, conforme Portaria nº 018/2025.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

- 4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, se houver interesse entre as partes, acompanhada de renovação dos quantitativos, desde que demonstrada a vantajosidade do preço, comparado ao preço praticado pelo mercado, o que será atestado mediante pesquisa de preços atualizada, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.2. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 4.4. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 4.5. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 4.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA QUINTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
 - 5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 5.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SEXTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
 - 6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
 - 6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

8.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

8.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

10.1. As partes deverão cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados (13709/2018), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação

10.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13709/2018).

10.3. O tratamento de dados pessoais dar-se-á conforme as bases legais previstas nos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

10.4. A CONTRATADA, obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

10.5. A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

10.6. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da Prefeitura do Município de Porto União, responsabilizando-se a contratada pela obtenção e gestão.

10.7. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros.

10.8. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas de segurança, aptas a promover a proteção, confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, vazamento de dados acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito. Tudo isso para reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a Prefeitura do Município de Porto União está exposta.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

10.9. A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

10.10. A CONTRATADA deverá permitir a realização de auditorias da Prefeitura de Porto União e disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados.

10.11. A CONTRATADA deverá apresentar à Prefeitura do Município de Porto União, sempre que solicitado, toda e qualquer informação e documentação que comprovem a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditabilidade do objeto do contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

10.12. A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados.

10.13. A CONTRATADA deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da Prefeitura do Município de Porto União, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente contrato.

10.14. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus colaboradores sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.15. A CONTRATADA deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.16. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.17. A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste contrato.

10.18. Caso autorizada a transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar estritamente ao necessário para o desempenho da execução do contrato.

10.19. A CONTRATADA deverá adotar Planos de Resposta a Incidentes de Segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares de dados.

10.20. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato à Prefeitura do Município de Porto União a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo ao titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

10.21. A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

10.22. Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela Prefeitura do Município de Porto União e, em no máximo 15 dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para o cumprimento de obrigação legal.

10.23. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Prefeitura do Município de Porto União, para as finalidades pretendidas neste contrato.

10.24. A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Prefeitura do Município de Porto União.

Eventuais responsabilidades serão apuradas conforme o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

10.26. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.27. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à ANPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS COMUNICAÇÕES OFICIAIS

11.1. Todas as solicitações, requerimentos, notificações, comunicações, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação de prazo, alteração contratual, aplicação ou defesa em penalidades, bem como quaisquer outros atos relacionados à execução do contrato deverão ser formalmente apresentados por um dos seguintes meios:

I – Encaminhamento ao e-mail institucional do Fiscal do Contrato designado pela Administração (Fiscal/cargo/e-mail); ou

II – Protocolo físico junto à recepção do prédio da Prefeitura Municipal de Porto União, localizado na Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, Porto União – SC, CEP 89400-000, no horário de funcionamento das 12h às 18h (horário de Brasília).

11.2. Considerar-se-á formalmente protocolado:

a) No caso de envio por e-mail, na data do respectivo envio ao endereço eletrônico institucional indicado, desde que não haja devolução automática por erro de entrega;

b) No caso de protocolo físico, na data do respectivo registro de recebimento pela Administração.

11.3. Não produzirão efeitos administrativos comunicações realizadas por meio verbal, telefônico, aplicativos de mensagens instantâneas, redes sociais ou quaisquer outros canais não previstos nesta cláusula.

11.4. A eventual substituição do Fiscal do Contrato ou alteração do endereço eletrônico institucional será formalmente comunicada à contratada.

11.5. A ausência de protocolo por um dos meios expressamente estabelecidos afasta eventual alegação de omissão da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMALIZAÇÃO DAS COMUNICAÇÕES

12.1. Todas as comunicações entre a CONTRATADA e a Administração referentes à execução contratual deverão ocorrer por meio escrito, exclusivamente através do e-mail institucional do Fiscal do Contrato (incluir e-mail);

12.2. Não produzirão efeitos administrativos nem gerarão obrigações para a Administração quaisquer comunicações realizadas por meio verbal, telefônico, aplicativos de mensagens, redes sociais ou canais não oficiais.

12.3. A ausência de encaminhamento formal nos termos desta cláusula afasta eventual alegação de omissão da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TECEIRA - DO FORO



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

13.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

13.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), ** de *** de ***.

PREFEITO MUNICIPAL

FORNECEDOR



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, n° 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

ANEXO IV

DECLARAÇÕES

..... inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, Sr. (a) portador (a) da Carteira de Identidade n.º CPF n.º
..... DECLARA, para os devidos fins que:

* Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

* não possui em seu quadro societário parlamentares de qualquer esfera do governo, bem como as pessoas mencionadas no art. 14º § 1º da Lei 14.133/2021 (conforme recomendação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina nos autos do Inquérito Civil nº 06.2016.00000305-9 DOCUMENTO ANEXO JUNTO AO EDITAL NO SITE DO MUNICÍPIO).

* não pesa contra si, declaração de inidoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera de Governo – municipal, estadual ou federal.

* não estamos punidas com “Suspensão” ou “Impedimento” do direito de contratar ou licitar com o Município de Porto União, Santa Catarina.

* fica estabelecido em 60 (sessenta) dias úteis o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão.

* nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

* se VENCEDOR de itens/serviços no referido processo, SOMENTE efetuarei a entrega dos mesmos mediante o RECEBIMENTO DO RESPECTIVO EMPENHO, sob pena de não receber os valores dos itens/serviços entregues.

* TODOS os documentos apresentados são legítimos e autênticos, estando sujeito as penalidades previstas no artigo 299 do Código Penal no caso de conteúdo falso

Local, data

Assinatura



MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Rua Padre Anchieta, nº 126 – Centro
Porto União – Santa Catarina – 89400-000
(42) 3135-7500
licitacao@portouniao.sc.gov.br

ANEXO V

DADOS GERAIS DO FORNECEDOR

DADOS DA EMPRESA:

Razão Social:

CNPJ/MF:

Endereço:

Município/UF:

CEP:

Telefone: ()

E- Mail:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (para assinatura dos documentos legais):

Nome:

CPF:

RG:

Endereço

Município/UF:

CEP:

Telefone: ()E-mail:

Possui assinatura eletrônica: () SIM () NÃO

Observação 1: Caso o indicado seja **sócio, proprietário ou dirigente** da empresa proponente, o mesmo deverá constar no ato constitutivo ou no contrato social, apresentado por ocasião da Habilitação neste processo, devendo estar expresso seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

Observação 2: Caso o indicado seja **preposto** da empresa proponente, será solicitado instrumento procuratório, com a delegação de poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

DADOS BANCÁRIOS:

Banco:

Agência:

Conta corrente:

Local e Data, ____, em ____ de ____ 20__.

Identificação e Assinatura do Representante Legal do Fornecedor